

Área: Ensino e Pesquisa em Administração - Planejamento e Organização de Cursos e Programas

Título: O Ensino de “Inovação” em Cursos Superiores de Administração, Ciências Contábeis, Turismo e Tecnologia em Gestão: um estudo nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

AUTORES

IVALDO DONIZETI FRANCO

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS
ivaldo.franco@fatec.sp.gob.br

LUIZ CARLOS BARNABE DE ALMEIDA

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS
lcbalmeida@gmail.com

RAQUEL DA SILVA PEREIRA

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS
raquelspereira@uol.com.br

Resumo

A literatura contemporânea na área de administração nacional e internacional enfatiza a importância do ensino de inovação aos futuros profissionais. Este artigo apresenta uma pesquisa exploratória que objetivou verificar na área Capes de Administração, Contábeis e Turismo (ACT), quais as Instituições de Ensino Superior - IES com cursos ofertando disciplinas que utilizam o termo “inovação” em sua nomenclatura, para que se pudesse conhecer e analisar as respectivas ementas e bibliografias. Foram pesquisados também os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão, pela proximidade com os cursos da área ACT. A pesquisa foi realizada nos *websites* das IES brasileiras, a partir do Cadastro e-MEC. A fundamentação teórica busca os princípios do desenvolvimento econômico como parâmetro para entendimento de inovação. O método de estudo utilizado foi a pesquisa documental e a análise foi realizada observando-se e comparando-se o conteúdo. Os resultados evidenciam um distanciamento entre teoria e prática, pois a academia brasileira não enfatiza inovação na matriz curricular, nem mesmo na nomenclatura de suas disciplinas publicadas em seus *websites*.

Abstract

Contemporary literature in administration nationally and internationally emphasizes the importance of innovation for teaching future professionals. This paper presents an exploratory study aimed to verify in the Capes of Administration, Accounting and Tourism (AAT), which are the Higher Education Institutions - HEI courses in AAT that offer courses that use the term "innovation" in its nomenclature so that they could understand and analyze their menus and bibliographies. We also searched the Colleges of Technology Management, the proximity to the AAT area courses. The survey was conducted on the websites of Brazilian HEI from the Registration e-MEC. The theoretical search the principles of economic development as a parameter for understanding innovation. The method of study was a document research and the analysis was performed by observing and comparing the content. The results show a gap between theory and practice as the Brazilian academy does not emphasize innovation in curriculum, not even in the nomenclature of their disciplines published in their websites.

Palavras-chave: Administração. Ensino Superior. Inovação.

1 Introdução

A pesquisa justifica-se em consequência de estudos que indicam que o modelo de desenvolvimento econômico deste novo século está atrelado à inovação, às IES e aos Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão, fontes de conhecimento que podem gerar inovação.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2004, p. 31), “Dentro de uma economia baseada no conhecimento, a inovação parece desempenhar um papel central”. Assim, torna-se relevante estudar o tema no contexto daquilo que está sendo ensinado em cursos superiores, lacuna observada ao se perceber que os textos sobre inovação estão intimamente relacionados às empresas e pouco ao ensino, o que gera a dicotomia entre o ensino e a pesquisa, atrelada às organizações, especialmente as que investem em Ciência e Tecnologia.

No referencial teórico deste texto apresenta-se o conceito de ciência econômica, as características das necessidades humanas ilimitadas e os bens econômicos como fonte de atendimento. A literatura consultada indica os fatores de produção, considerados pela economia até a década de 1980 como sendo limitados e fundamentais na produção dos bens. Esse pensamento levava ao entendimento de que a sociedade humana está condenada à eterna escassez, inviabilizando a sobrevivência futura no planeta Terra.

Estudos mais recentes discutem sobre o fato de novos recursos produtivos passarem a ser considerado pela ciência econômica, o primeiro, por suas características ilimitadas, devolveu a condição de sobrevivência aos humanos. Este fator é o conhecimento, gerador da inovação. Outro recurso produtivo que passou a ser ponderado é o institucional, contextualizando que se destacam na geração da inovação as instituições financeiras e as educacionais.

Procura-se, neste artigo, compreender a inovação na interação entre as Instituições Educacionais Superiores (IES) e as Empresas. O método de pesquisa utilizou intensamente os recursos da *web* para coleta e formatação do banco de dados. Na quarta parte deste artigo indica-se a maneira com que os dados foram tratados. Na quinta e conclusiva parte, procura-se responder: o que os Cursos Superiores Brasileiros de Administração, Ciências Contábeis, Turismo e Tecnologia em Gestão estão ensinando em relação ao tema inovação?

2 Fundamentação Teórica

O estudo da matriz curricular dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Turismo e de Tecnologia em Gestão está fundamentado no conceito da inovação, por meio da teoria do desenvolvimento econômico. Foram utilizados textos de Schumpeter (1982), Langoni (1975), Lemos (1999), Martinez (2003), Siqueira (2003), Parkin (2009), Souza (2009), Suzigan, Albuquerque e Cario (2011) e os clássicos Abraham Maslow e Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus para o estabelecimento de uma nova fórmula de crescimento econômico, levando em conta o fator inovação.

2.1 O Fator de Produção “inovação” e as Instituições Geradoras do Desenvolvimento Econômico.

Partindo-se do princípio de que uma das importantes características do conhecimento científico é sua acumulação (BERTERO, CALDAS, WOOD JR, 2005), buscou-se apoio na literatura sobre as necessidades humanas, para serem atendidas, desde as fisiológicas, que asseguram a sobrevivência, bem como todas as demais dependem de bens livres e bens econômicos.

A Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, como descrita por Martinez e Paraguay, contribui para o entendimento do que, porque, quando, onde e como atendê-las.

Na década de 1940 Maslow estruturou a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, que propõe que as necessidades humanas são passíveis de serem hierarquizadas em cinco *níveis ascendentes*:

- (1) necessidades fisiológicas – relacionadas à sobrevivência e à homeostase do organismo;
- (2) necessidades de segurança – relacionadas à segurança tanto física como emocional, familiar e social;
- (3) necessidades sociais – representadas pelo desejo de interagir socialmente, ser estimado e aceito, de pertencer a um grupo, necessidades de amizade e de amor;
- (4) necessidade de estima – diz respeito à necessidade do indivíduo em manter a autoestima e ter a estima de outros, de desenvolver sentimentos de confiança, valor, capacidade, poder, prestígio, de ser útil e necessário;
- (5) necessidades de auto realização – dizem respeito ao autodesenvolvimento e à tendência dos indivíduos em tornar reais os seus potenciais.

À medida que as primeiras necessidades básicas fossem satisfeitas, surgiriam as necessidades dos níveis seguintes, até se chegar às mais elevadas. Porém, esta hierarquia não é rígida, necessidades mais elevadas podem surgir antes das mais básicas terem sido completamente satisfeitas, pois estes níveis podem ser interdependentes ou justapostos (MASLOW *apud* MARTINEZ, 2003, p.62).

A Figura 1 é uma representação adaptada e mais dinâmica da Pirâmide da Hierarquia das Necessidades Humanas, de Maslow.



Figura 1 - Adaptação da Pirâmide das necessidades Humanas

Fonte: os autores.

O termo “bens” pode ser entendido como algo que atende todas as necessidades humanas atuais e as que virão.

Com a exclusão de uma pequena quantidade de bens, classificados como livres ou naturais (sol, chuva, ar), todos os outros devem ser produzidos. Os bens produzidos são denominados de “bens econômicos”.

Os economistas classificam os bens de várias maneiras, como também os elencados pela Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 e também pelo código civil brasileiro. Utiliza-se neste estudo a tradicional classificação: bens de consumo e bens de capital ou de produção. O primeiro serve para atender as necessidades humanas diretamente e o segundo para produzir novos bens de consumo ou de capital.

Para a produção dos “bens econômicos” é imprescindível contar com os recursos produtivos também denominados de fatores de produção que são:

- i. Humanos (L);
- ii. Patrimoniais que representam o patrimônio dos seres humanos:

- os recursos da natureza (N) (reino mineral, vegetal e animal), também denominado de “terra”;
- a tecnologia (S) (saber fazer);
- o capital (K) que representa as máquinas, equipamentos, infraestrutura (estradas, hidroelétricas, comunicação etc.).

“O crescimento econômico é uma expansão sustentada das possibilidades de produção medidas com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) real ao longo de um determinado período.” (PARKIN, 2009, p. 552).

Para que haja a expansão das possibilidades de produção de bens econômicos, é necessário que os recursos produtivos denominados de fatores de produção aumentem quantitativa e qualitativamente, sendo que sua maior eficiência econômica dependerá da inovação utilizada em cada um deles.

A importância e as prioridades dadas a cada um dos recursos produtivos é o que irá diferenciar as teorias de desenvolvimento econômico no decorrer da história, as quais se dividem em três fases. A primeira foi o início dos estudos da economia política (século XVIII até 1930) e as causas consideradas para o crescimento econômico eram o aumento físico dos capitais como máquinas, equipamentos, áreas fabris, descobertas de novas fontes de recursos naturais (matérias primas) e o aumento quantitativo de trabalho humano. Como lembra Siqueira (2003), os clássicos como Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus mencionam a tecnologia e as habilidades dos trabalhadores para o aumento da produção de bens econômicos, mas não como fator relevante. Para esses estudiosos o estado da arte era mantido constante.

A demonstração da função produção poderia ser representada da seguinte forma:

$$Y = f(K, N, L, T)$$

O Y representa a produção agregada, o mesmo que renda agregada ou Produto Interno Bruto (PIB), que “depende” ou está “em função” de K (capital), de N (recursos da natureza ou terra), de L (trabalho, labor) e de T (tecnologia).

O crescimento econômico é o aumento de Y que depende, para os clássicos, do aumento de K (capital), de N (terra) e L (trabalho quantitativo), pois T (tecnologia) não era considerada.

No segundo período (a partir de 1930), o fator humano passa a ser analisado não só como um aumento quantitativo, mas na sua participação do crescimento econômico de maneira qualitativa.

Estudos comprovam que a educação, o treinamento e a saúde passam a influenciar na capacidade produtiva humana (LANGONI, 1975). A Figura 2 mostra a valorização do capital humano.



Figura 2 - Valorização do capital humano

Fonte: os autores

Langoni (1975), afirma que a contribuição líquida da educação no crescimento do PIB foi, entre 1950 e 1962, de 23% nos EUA e de 10% na França. O autor ressalta que no Brasil somente no período de 1960 a 1970 é que se observa 15,7% de contribuição da educação no PIB, com a participação do Capital (K) de 32% e do Trabalho (L), de 47%, incluindo neste os 15,7% da educação. Os restantes 21% são atribuídos ao progresso técnico, portanto, à inovação.

Neste período, o fator humano passa a ser denominado de capital humano, subdividido em trabalho e capacidade empresarial.

Estas constatações, como fatores de desenvolvimento acelerado, levaram muitos países tais como o EUA, a Alemanha, o Japão e a Coreia do Sul, na década de 1970 a investir no capital humano em educação, em desenvolvimento de capacidades empresariais, em treinamento e em saúde.

Esta iniciativa de política econômica criou a classe de países denominados de “primeiro mundo”, consequência da eficiência produtiva, que levou a uma maior quantidade e qualidade de bens e serviços ofertados para sua população, além de uma maior capacidade de poupança que gera investimentos.

Desta maneira se consolida um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico sustentado. O principal fato deste segundo período é valorização do “capital humano” e sua subdivisão em trabalhador qualificado e empresário inovador.

“Para Schumpeter, o dinamismo da economia deriva da ação do empresário inovador, que põe em prática novos processos de produção, gera novos produtos e abre novos mercados” (SOUZA, 2009 p.148).

A partir de 1980, surge o terceiro período de desenvolvimento econômico em que passa a ser valorizado o fator de produção conhecimento, matéria-prima da inovação, com a característica de ser ilimitada, diferenciando-se dos outros recursos, que são limitados. Outro recurso que passa a participar da equação do crescimento são as instituições interessadas na transformação do conhecimento em inovação.

Segundo Schumpeter (1982), são as descobertas e o conhecimento que, quando transformados em novas atividades produtivas lucrativas são chamado de inovação. Como os geradores da inovação são públicos e ilimitados, a inovação também o é.

De acordo com Parkin (2009, p. 566-567), dois fatores exercem um papel importante na teoria do crescimento: “1-As descobertas serem **um bem de capital** público (atendem diversas pessoas ao mesmo tempo) e 2 - O conhecimento ser **um bem de capital** que não está sujeito à lei dos rendimentos decrescentes (por ser ilimitado)”.

Sendo a inovação resultado do conhecimento com propriedades ilimitadas, esta também será ilimitada. Sendo a inovação a responsável pela eficiência e eficácia na produção de bens e serviços que atendem as necessidades ilimitadas da população humana, esse fator produtivo ilimitado passa a ser fundamental para diminuir a escassez.

A inovação se destaca por aumentar a eficiência produtiva dos outros fatores de produção. Inovação pode ser considerada para fins deste estudo num sentido amplo, desde a utilização do conhecimento em novas formas de produzir e comercializar bens e serviços, até novas formas de as empresas se relacionarem com seus *stakeholders*, conforme sugerem Lastres e Albagli (1999). O termo inovação vem, a rigor, acompanhado de qualificações: tecnológica; organizacional; gerencial; de produtos; e de processos (BRESCIANI, 2004).

Pode-se pensar em “inovação do fator trabalho”, “inovação do fator empresarial”, “inovação dos recursos naturais (terra)”, “inovação da tecnologia”, “inovação do capital” ou ainda “inovação do processo de produção”.

A nova fórmula do crescimento econômico passa a ser:

$$Y = f(K, N, L, S)$$

Esta fórmula demonstra que o crescimento econômico (Y) depende, ou melhor, está em função (f) do capital (K); dos recursos naturais (N); do capital humano (L) e da inovação tecnológicas (S).

Souza (2009) lembra que Schumpeter identifica um novo fator de produção que denomina de (E) instituições eficientes e meio sociocultural progressista que estimulam a produção, notadamente as Instituições Financeiras, fornecedoras de crédito. O processo de produção schumpeteriano é representado pela fórmula:

$$Y = f(K, N, L, S, E)$$

A Figura 3 ilustra os componentes básicos desta fórmula:

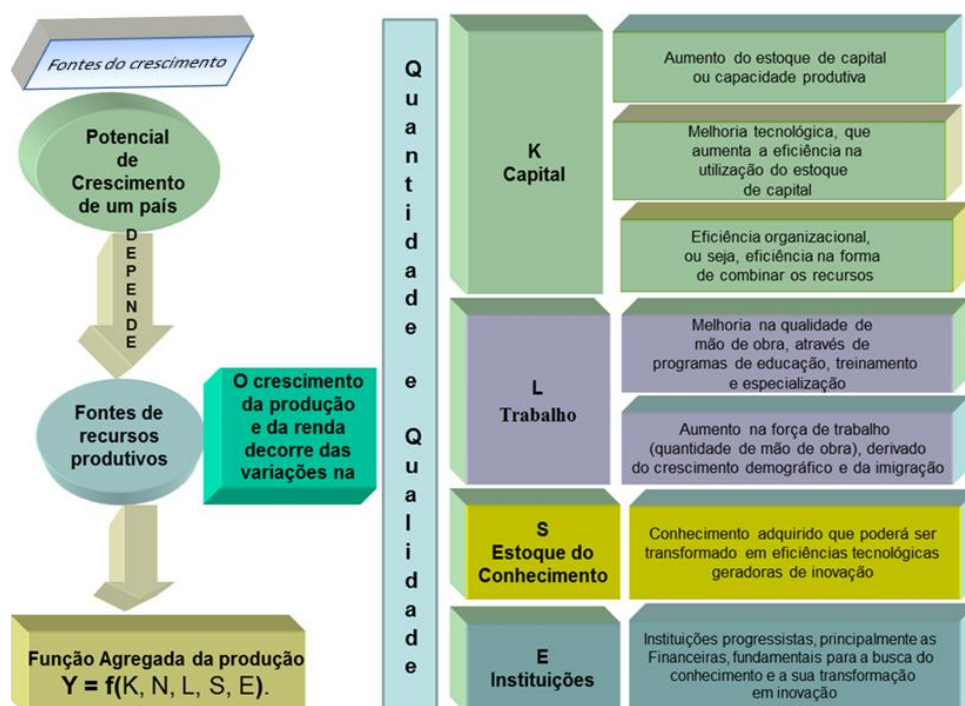


Figura 3 - Teoria do crescimento econômico

Fonte: os autores

A nova teoria do crescimento sustenta que o Produto Interno Bruto – PIB real per capita cresce devido às escolhas que as pessoas fazem em busca do lucro e o crescimento pode persistir indefinidamente. Paul Romer, da Universidade de Stanford, desenvolveu esta teoria durante a década de 1980, mas as ideias básicas dele remontam ao trabalho de Joseph Schumpeter durante as décadas de 1930 e 1940. (PARKIN, 2009, p. 566)

A teoria econômica moderna adiciona o estoque de conhecimento (S) e as instituições, principalmente as financeiras (E), como recursos produtivos fundamentais para o desenvolvimento econômico.

A característica das instituições progressistas (E) é resultado de uma enorme quantidade de variáveis, como por exemplo, o tipo de cultura, o predomínio religioso, ideológico, político, social, jurídico e econômico, que não fazem parte deste estudo.

Portanto, considera-se como instituições geradoras do desenvolvimento econômico o governo, as Instituições de Ensino Superior (IES), as financeiras e as empresas, cada qual com seu papel, conforme será apresentado na Figura 4 do próximo item.

2.2 A Inovação na Interação entre as Instituições Educacionais Superiores (IES) e as Empresas

A inovação é impulsionadora da transformação em negócios e mercados, podendo gerar diferenciais competitivos e, especialmente, desenvolvimento (DAVILA, EPSTEIN, SHELTON, 2006; MANIYCKA et al., 2007).

Considerando-se que na atualidade a economia está vinculada ao conhecimento, a inovação torna-se um dos principais fatores de produção para o desenvolvimento econômico.

O conhecimento, em todas as suas formas, desempenha hoje um papel crucial em processos econômicos. As nações que desenvolveram e gerenciaram efetivamente seus ativos de conhecimento têm melhor desempenho que as outras. Os indivíduos com maior conhecimento obtêm empregos mais bem remunerados. Este papel estratégico do conhecimento é ressaltado pelos crescentes investimentos em pesquisa e desenvolvimento, educação e treinamento e outros instrumentos intangíveis, que cresceram mais rapidamente que os investimentos físicos na maioria dos países, e na maior parte das últimas décadas (OCDE, 2004, p.31).

“Nas palavras de Schumpeter, inovações radicais provocam mudanças no mundo, enquanto, inovações ‘incrementais’ preenchem continuamente o processo de mudança”. (OCDE, p. 32).

Consta no Manual de Oslo (OCDE, 2004, p. 33), que Schumpeter propôs uma relação de vários tipos de inovações:

- introdução de um novo produto ou mudança qualitativa em produtos existente;
- inovação de processo que seja novidade para a indústria;
- abertura de mercado;
- desenvolvimento de novas fontes de suprimentos de matéria-prima ou outros insumos;
- mudança na organização industrial.

Assim, se o conhecimento que estiver sendo gerado tiver viabilidade econômica, tornar-se-á inovação.

Saber por que as empresas inovam é respondido também por Schumpeter: elas estão em busca de lucros. Sempre que um novo conhecimento possa gerar lucro, as empresas o transformam em inovação. No caso do processo que eleve a produtividade: na inovação do produto, na inovação para defender sua posição competitiva ou em busca de vantagem competitiva, na inovação para evitar perder mercado para concorrente inovador, na inovação para impor padrões técnicos superiores.

Para acompanhar estas novas exigências de sobrevivência empresarial é de fundamental importância a qualificação dos indivíduos que compõem todos os agentes econômicos (governo, empresas, unidades familiares, demais países do mundo com suas empresas, famílias e governos), os quais precisam de gestores.

A qualificação tem como objetivo principal, “intensificar a capacidade das pessoas de aprender e transformar esse aprendizado em fator de competitividade para os agentes, que compõem o sistema econômico [...] vem-se denominando esta fase como a da Economia Baseada no Conhecimento ou, mais especificamente, baseada no Aprendizado” (LEMONS, 1999, p. 122).

A empresa é o principal agente econômico de inovação, as IES e os Centros de Pesquisa são os principais agentes geradores de ciência. No dizer de Rosenberg “ciência e tecnologia são de fato coisas diferentes, mas, na realidade, não são independentes e se

fertilizam mutuamente. São inúmeros exemplos de avanços da ciência básica viabilizados por inovações tecnológicas, assim como novas tecnologias surgidas de novos conhecimentos científicos” (GUIMARÃES, 2000, p. 122).

No Sistema Nacional de Inovação (SNI) as interações das produções científicas e tecnológicas desempenham importante papel para geração de processos inovativos. “As universidades e os institutos de pesquisa produzem conhecimentos científicos que são absorvidos pelas empresas, e estas acumulam conhecimento tecnológico, fornecendo questões para elaboração científica” (SUZIGAN; ALBUQUERQUE; CARIO, 2011, p. 9).

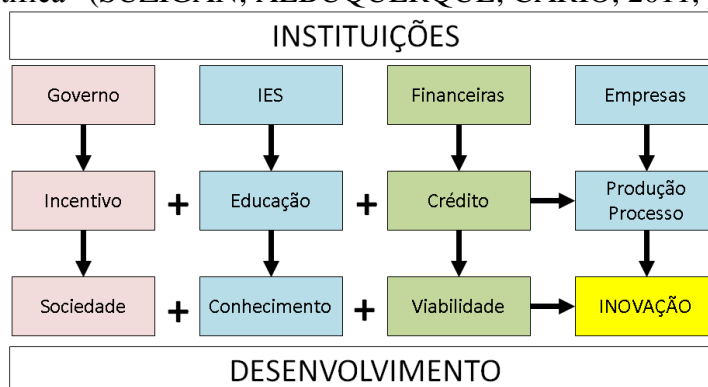


Figura 4: Instituições geradoras do desenvolvimento econômico

Fonte: os autores

Na Figura 4 é possível observar o papel do governo, por meio do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCT&I), ao incentivar à inovação como citado na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei da Inovação), define Instituições Científicas e Tecnológicas em parceria com as agências de fomento à pesquisa, fornecendo incentivos financeiros a empresas nacionais e entidades sem fins lucrativos, destinados a pesquisa e desenvolvimento, que nesta figura são parte da sociedade.

Rezende (2011) cita o papel do governo no Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI), implantado entre 2007-2010.

As IES se beneficiam destes incentivos à medida que atendem alunos que são financiados por incentivos como o FIES e o PROUNI. As empresas com estímulos à inovação, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

A Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem) em seu capítulo III define os incentivos fiscais que podem ser utilizados por pessoas jurídicas ligadas a inovação tecnológica. Pode-se observar na figura que a inovação não é fator único e isolado que depende apenas de invenções tecnológicas, existem outras condições ligadas ao processo de geração do desenvolvimento econômico do País.

3 Método de Pesquisa

O objetivo da pesquisa é verificar na área das ACT e nos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão, quais IES oferecem disciplinas que destacam o termo “inova”, bem como conhecer as referidas ementas e bibliografias. Optou-se pela realização de pesquisa do tipo exploratória utilizando o método de pesquisa documental.

Considerando-se o pouco conhecimento acerca do tema, essa pesquisa classifica-se como exploratória, segundo Selltitz et al. (1965).

De acordo com Gil (2010, p.147), “... a pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos registros cursivos, que são persistentes e continuados. Exemplos clássicos dessa modalidade de registro são os documentos elaborados por agências governamentais”, sendo utilizado nesta pesquisa o documento e-MEC, o qual possibilitou a identificação de todas as IES brasileiras e, a partir daí, a busca por seus respectivos *websites*.

Para a mecânica da coleta de dados, busca-se no texto de Calliyeris e Las Casas (2011) configurar um novo método de pesquisa diferente e via *websites*, com baixo custo de pesquisa e acessível a qualquer pessoa como fator de validação do próprio método amigável e dinâmico utilizado nesta pesquisa.

Utilizou-se a indicação de Bardin (2009) para a realização de pré-análise, a qual contou com a fase de leitura flutuante para que se pudesse definir os documentos utilizados, com posterior preparação do material, com foco nos objetivos traçados. Foram definidos os recortes de interesse da pesquisa, a categorização e a codificação, o que deu ao estudo um caráter qualitativo, conectado ao quantitativo, quando do uso de técnicas estatísticas, conforme sugere Richardson (1989).

O procedimento de coleta de dados foi realizado com base inicial no *download* dos dados do *site* do Ministério da Educação, e-MEC, em junho de 2011, com data de corte em 01/09/2011, onde se procurou identificar todas as IES brasileiras cadastradas no sistema. O resultado obtido foi baixado para uma planilha Excel para o tratamento de dados iniciais, onde constaram 2.667 registros de IES brasileiras.

Como o objetivo da pesquisa envolve a análise de cursos e suas disciplinas, foi necessário o *download* de outro arquivo complementar denominado “Consulta Avançada por Curso”, onde constaram 34.606 registros de cursos existentes no País, dentro do escopo de objeto de estudo.

A pesquisa documental permitiu selecionar, organizar e tratar os dados de interesse de forma que pudessem ser agrupados e interpretados (SILVA, GRIGOLO, 2002; BEUREN, LONGARAY, 2003).

O passo seguinte foi a criação de um banco de dados utilizando-se a ferramenta Ms-Access 2010, para o tratamento do volume de dados coletados. Cabe aqui esclarecer que são três as dimensões de coleta de dados utilizados neste trabalho: coleta de dados de IES; coleta de dados de CURSOS e; coleta de dados das DISCIPLINAS de cada curso.

Pela natureza do trabalho somente IES com *site* disponível no momento da pesquisa foram considerados como válidos (1.819). Para cada IES foram relacionados os CURSOS encontrados (5.138). Especialmente para as DISCIPLINAS, busca-se no *Website* de cada IES a validação para a inclusão das informações contidas em cada matriz curricular do curso citado no e-MEC.

Vale ressaltar que foi realizada a revisão do banco de dados em busca de inconsistências que pudessem invalidar o trabalho de levantamento e análise.

4 Classificação e Análise de Dados

Estabeleceu-se para a classificação as seguintes categorias: IES, CURSOS, DISCIPLINAS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIA, separadas por regiões geográficas.

Do total de 2.667 IES constantes no arquivo baixado do *site* e-MEC, selecionou-se as IES de acordo com os filtros da base de pesquisa e que publicaram cursos que apresentaram alguma disciplina utilizando o termo “*inova*”, já que este seria suficiente para que se encontrasse as disciplinas que envolvem inovação e que abordaria também termos como “*innovar*”, “*inovativo*” ou similares.

Considerou-se “*válidas*” as IES que estavam ativas, com cursos dentro da área de pesquisa Administração, Ciências Contábeis e Turismo, e ainda os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão que apresentavam o termo “*inova*” em alguma matriz curricular dos referidos cursos. A Tabela 1 apresenta a classificação e seleção do universo pesquisado.

Tabela 1- Seleção das IES para pesquisa.

IES por Região	Encontradas	Selecionadas	%
CENTRO OESTE	271	201	74,2

NORDESTE	468	323	69,0
NORTE	161	112	69,6
SUDESTE	1.346	852	63,3
SUL	421	331	78,6
Total	2.667	1.819	68,2

Fonte: dados da pesquisa

Verificou-se que a região do Brasil com maior quantidade de cursos selecionados proporcionalmente é a SUL, seguida da região CENTRO-OESTE. Também observamos que da totalidade das IES existentes, apenas 68,2% foram selecionadas.

Observou-se que do total de 1.819 IES selecionadas, apenas 301 ofertam cursos com disciplinas que incluem o termo “inova”. A Tabela 2 mostra a seleção e a quantidade de IES selecionadas por Região e Estado.

Tabela 2: IES que oferecem cursos relacionados à inovação.

Região	UF	ADM	CONT	TUR	CSTG
CENTRO OESTE	DF	16			2
	GO	4			5
	MS	2			2
	MT	3			2
SubTotal		25	0	0	11
NORDESTE	AL	2			1
	BA	1			
	CE	2			
	MA	1			
	PE	8			1
	PI	1			1
	RN	3			3
	SE	2			
SubTotal		20	0	0	6
NORTE	AC	1			
	AM	5			
	AP	1			
	PA	2			1
	RO	1			1
	TO	5			
SubTotal		15	0	0	2
SUDESTE	ES				2
	RJ	1			6
	SP	63			47
SubTotal		64	0	0	55
SUL	PR	25			5
	RS	35		1	11
	SC	21			5
SubTotal		81	0	1	21
Total Geral		205	0	1	95

Fonte: dados da pesquisa

Ao olhar os resultados da compilação dos cursos que apresentaram o termo “inova” em qualquer disciplina do programa, nota-se que os estados de Minas Gerais (MG), Paraíba (PB) e Roraima (RR) não apresentam IES com cursos que contenham os termos pesquisados.

No total de 301 cursos com disciplinas relacionadas ao termo “inova”, para a área de Ciências Contábeis não foram encontrados registros. Para Turismo apenas um, para a área de

Gestão 95 e para Administração 205 registros de cursos. De acordo com os dados apresentados a Tabela 2. A Figura 5 é uma representação gráfica com dados da Tabela 2.

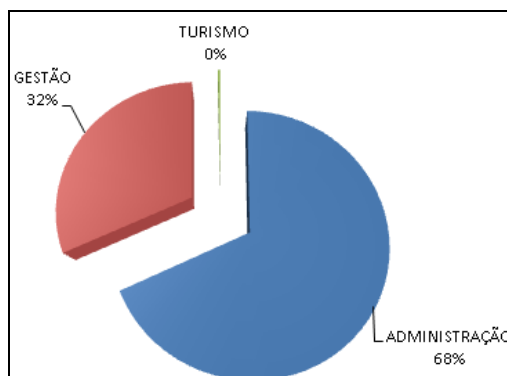


Figura 5 - Cursos que apresentam disciplinas com o termo "inova"
Fonte: dados da pesquisa

Nesta fase da pesquisa o curso de Turismo foi descartado, por não apresentar ementa e nem bibliografia da disciplina.

Dos 103.709 registros de disciplinas dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Turismo, e Gestão, 301 disciplinas com o termo "inova" foram selecionadas, representando 0,29% do universo pesquisado. Ao refinar a consulta com os registros selecionados, chegou-se ao resultado de que 26 disciplinas (8,67%) apresentaram ementas e bibliografias com algum conteúdo relacionado à inovação.

De acordo com a Figura 6, das 26 disciplinas identificadas como relacionadas tema inovação, observa-se que 19 (73%) são contempladas nos cursos de Administração, 7 (27%) nos cursos de superiores de tecnologia em Gestão.

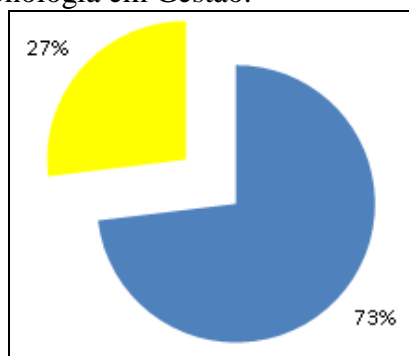


Figura 6 - Cursos superiores relacionados com inovação.
Fonte: dados da pesquisa

Na análise das ementas dessas 26 disciplinas, verificou-se a inexistência de assuntos relacionados à experiência prática produzida nas empresas. As disciplinas permaneceram no campo conceitual, não havendo menção às práticas organizacionais.

Na análise da bibliografia utilizada, conforme mostrado na Tabela 3, estabeleceu-se o *ranking* das referências mais citadas, destacam-se:

Tabela 3: ranking das referências mais citadas.

Quantidade de Referências	Obra Citada
10	BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e empreendedorismo . Porto Alegre: Bookman, 2009.
9	TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. Gestão da inovação . 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

9	TIGRE, Paulo Bastos. Gestão da inovação : a economia da tecnologia do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
6	CORAL, Eliza. Gestão integrada da inovação : estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009
6	DAVILA, Tony; EPSTEIN, Marc J.; SHELTON, Robert. As regras da inovação . Porto Alegre, Bookman, 2007.
5	BERNARDI, Luiz Antônio. Manual de empreendedorismo e gestão : fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2010.
5	COUTINHO, L. et all. Estudo da competitividade da indústria brasileira . Campinas: Papirus, 1994.
5	DRUCKER, Peter F. A nova sociedade das Organizações. In: Aprendizagem Organizacional: Gestão de Pessoas para Inovação Contínua. Harvard Business Review Book . Rio de Janeiro: Campus, 2000.
5	OCDE (1997). Manual de Oslo : proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. Traduzido em 2004 pela FINEP. Disponível no site: (http://www.finep.gov.br/imprensa/sala_imprensa/manual_de_oslo.pdf)
5	OECD (2002) Proposed standard practice for surveys of research and experimental development — frascati manual. Disponível em: (http://www.lmt.lt/PROJEKTAI/TEKSTAI/Frascati.pdf)
265	Outros

Fonte: dados da pesquisa

Ressalta-se a participação das obras da OCDE nas referências bibliográficas que ocupam o 9º e o 10º lugares, com 10 referências nos cursos que apresentam ementas e bibliografias relacionadas ao tema “inova”. Observa-se na Tabela 3 a citação de somente uma obra estrangeira.

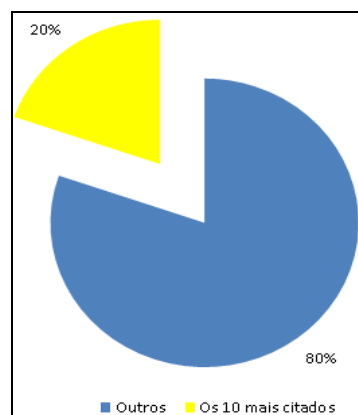


Figura 7: Análises das obras citadas nas referências bibliográficas.

Fonte: os autores

A Figura 7 mostra que as bibliografias relacionadas com inovação mais citadas em um universo de 265 obras são representadas pelas 10 mais citadas nesta pesquisa.

5 Conclusão

A pesquisa objetivou identificar dentre as IES brasileiras cadastradas no sistema e-MEC, quantas oferecem cursos de Administração, Ciências Contábeis, Turismo e Gestão, que apresentam o termo “inova” no nome da disciplina.

Foram encontradas 2.667 IES cadastradas no sistema e-MEC, sendo que destas 301 (11,28%) apresentam os termos inovar ou inovação nas disciplinas divulgadas nos *websites* das referidas IES, quando publicam as matrizes curriculares dos cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Turismo e Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão.

Em contrapartida, nota-se que do universo de 2.667 IES, 449 ou não têm *site* ou disponibilizam *hiperlinks* para matriz curricular de curso sem apresentar informações.

Quando da busca por ementas e bibliografia dessas disciplinas, observa-se que uma delas não é divulgada, especificamente a do curso de Turismo, o qual foi descartado.

Ressalta-se que nos cursos de Ciências Contábeis não foi encontrada nenhuma disciplina com o termo pesquisado.

Os *sites* pesquisados tratam a informação inovação nas disciplinas constantes em suas matrizes curriculares de forma superficial. Foram encontradas situações que não estabelecem ligação entre o informado no título da disciplina, a ementa do curso e a bibliografia. Provável justificativa para escassez de disciplinas com conteúdo ligado a inovação nos cursos superiores pesquisados, pois, há pouca ou nenhuma divulgação pública de ementas e bibliografias nestas disciplinas.

Os resultados desta pesquisa não mostraram o uso de inovação nos sites das IES de forma suficiente a esclarecer o conteúdo pesquisado para a maior parte do universo pesquisado. Nota-se claramente um vazio nos sites de divulgação e informação sobre os cursos de maneira padronizada ou minimamente regrada para que os interessados possam identificar claramente os cursos e disciplinas que as IES oferecem. A instabilidade dos padrões visuais observados aparenta grande descaso e pouca ou quase nenhuma preocupação com informações objetivas para os interessados em ingressar nos cursos oferecidos independentemente de ser Administração, Ciências Contábeis, Turismo ou Gestão.

A teoria econômica moderna adiciona o estoque de conhecimento (S) e as instituições (E), como recursos produtivos fundamentais para gerar a “inovação”, condição do novo desenvolvimento econômico. Priorizar a formação de Administradores, Contadores, Turismólogos e Tecnólogos, para participarem do processo é condição para que o Brasil possa se tornar desenvolvido, segundo as premissas do Manual de Oslo e autores referenciados nesta pesquisa.

A relação da inovação com as “instituições”, notadamente as financeiras e educacionais é fundamental para a geração do desenvolvimento econômico na teoria econômica contemporânea.

As empresas são as instituições responsáveis pela viabilização da inovação, portanto todo o capital humano que a compõem deve ser preparado para implantar, gerenciar, renovar, estimular o inovar, viabilizar a inovação, a cada um em sua área do saber.

A comprovação de que a “inovação” é ilimitada, consolida o desenvolvimento sustentável, em função das possibilidades de infinitas combinações entre os recursos.

Sugere-se para pesquisas futuras, levantamento e tabulação de registros históricos que contemplem as estatísticas de evolução do que está sendo apresentado ao público nos projetos pedagógicos dos cursos oferecidos.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel Pinto; WOOD JR, Thomaz. **Produção Científica em Administração no Brasil: o estado da arte**. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em: 13 fev. 2012.

BRASIL. Lei nº 11,196 de 21 de novembro de 2005. Institui o Regime Especial de Tributação [...] e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 nov. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm>. Acesso em: 13 fev. 2012.

BRASIL. Lei nº 11,540 de 12 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 nov. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11540.htm>. Acesso em: 13 fev. 2012.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRESCIANI, L. P. Inovação e trabalho: bases conceituais e desenvolvimento regional no grande ABC. **Caderno de Pesquisa Pós Graduação**, São Caetano do Sul, v. 5, n. 10, p. 22-32, 2004.

CALLIYERIS, Vasiliki Evangelou; LAS CASAS, Alexandre Luzzi. A Utilização do Método de Coleta de Dados via Internet na Percepção dos Executivos dos Institutos de Pesquisa de Mercado atuantes no Brasil. III ENADI. Encontro de Administração da Informação. **Anais Eletrônicos**. Rio Grande do Sul: ENADI, 2011.

DAVILA, T.; EPSTEIN, M.; SHELTON, R. **Making innovation work, how to manage it, measure it, and profit from it**. Upper Saddle River: Wharton School Publishing, 2006.

DRUCKER, Peter F. **Prática de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1970.

E-MEC. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. **MEC**. 2011. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed., 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, Fabio Celso de Macedo Soares. A Política de Incentivo à Inovação. Inovação, Desenvolvimento Econômico e Política Tecnológica. **Revista Parcerias Estratégicas**, n. 9, Out. 2000. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/120/114>. Acessado em: 30 jan. 2012.

LANGONI, Geraldo. **Economia da Transformação**. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed., 1975.

LASTRES, Helena Maria Martins; ALBAGLI, Sarita (org). **Informação e Globalização na era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LEMO, Cristina. **Inovação na era do conhecimento**. Cap 5. in LASTRES, Helena Maria Martins, ALBAGLI, Sarita (org). Informação e Globalização na era do Conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MANYICKA, J. M., ROBERTS, R. P., SPRAGUE, K. L. Eight Business Technology Trends to Watch. **McKinsey Quarterly**, December, 2007. Disponível em: <http://www.mckinseyquarterly.com/Eight_business_technology_trends_to_watch_2080>. Acesso em: 26 fev. 2009.

MARTINEZ, Maria Carmen, PARAGUAY, Ana Isabel Bruzzi Bezerra. Satisfação e saúde no trabalho – aspectos conceituais e metodológicos. **Cadernos de Psicologia Social do**

Trabalho, 2003, vol. 6, pp. 59-78. Disponível em:

<<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpst/v6/v6a05.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

MCT&I. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Ações de C,T&I**, 2012. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/73409.html>>. Acesso em: 07 fev. 2012.

OCDE. **Manual de Oslo - Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica**. Tradução: Paulo Garchet. 2. ed. FINEP, 2004. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4639.html>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

PARKIN, Michael. **Economia**. 8. ed. São Paulo: Addison Wesley / Pearson, 2009.

REZENDE, Sergio Machado. Produção científica e tecnológica no Brasil: conquistas recentes e desafios para a próxima década. **Revista de Administração Empresas.**, São Paulo, v. 51, n. 2, Abr. 2011 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902011000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Abr. 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo - Abril Cultural, 1982.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de Pesquisa das Relações Sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. Metodologia para Iniciação Científica à Prática da Pesquisa e da extensão II. **Caderno Pedagógico**. Florianópolis: UDESC, 2002.

SIQUEIRA, Togore Villarim. Os Clusters de Alta Tecnologia e o Desenvolvimento Regional. **Revista BNDES**. Rio de Janeiro: v. 10, n. 19, p. 129-198, Jun. 2003.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOSTER, Tatiana Sansone. O uso da tecnologia da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem: estudo de um curso superior na área de Administração. **FGV/EAESP - CMAE: Dissertações, Mestrado em Administração de Empresas**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8149>>. Acesso em: 22 de nov. 2011.

SUZIGAN, Wilson; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta; CAIRO, Silvio Antonio Ferraz (Org.) **Em Busca da Inovação: Interação universidade-empresa no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2011.

TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT Keith. **Gestão da Inovação**. 3. ed. Trad. BECKER, Elizamari Rodrigues et al. Porto Alegre: Bookman, 2008.